

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.232 - SP (2019/0355858-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : HELDER FERREIRA PEGO
ADVOGADO : IGOR LIMA COUY - MG094658
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por HELDER FERREIRA PEGO contra acórdão de lavra do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O compulsar dos autos revela que o recorrente "foi preso preventivamente em 15.03.2019 por infração, em tese, ao artigo 157, § 3º, segunda parte, c.c. o artigo 14, inciso II, e artigo 311, caput, ambos do Código Penal, e artigo 244-B da Lei nº 8.069/90" (e-STJ fl. 188).

Irresignada com a demora na marcha processual, a defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 188):

HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AUDIÊNCIA DESIGNADA. Não existe constrangimento ilegal pelo excesso de prazo da instrução criminal de réu preso quando justificável a demora nas peculiaridades do caso concreto. ORDEM DENEGADA.

No presente recurso a defesa reitera os termos apresentados perante o Tribunal de origem.

É, em síntese, o relatório.

Busca o recorrente o reconhecimento do excesso de prazo na marcha processual.

Em consulta ao sistema de informações processuais desta Corte, constatei a impetração do **HC n. 535.916**, também em favor do ora recorrente, visando, tal como no presente, a liberdade do paciente por excesso de prazo na formação da culpa.

Verifiquei que ambos processos atacam o mesmo acórdão lavrado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Habeas Corpus n.

2192547-72.2019.8.26.0000).

Nessa tessitura, o pedido deduzido no presente recurso ordinário possui objeto idêntico ao do *habeas corpus* anteriormente impetrado perante esta Corte, configurando, pois, inadmissível reiteração, o que é repelido pela jurisprudência desta Corte Superior, conforme os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Verificada a identidade de partes e de pedido, não se conhece de recurso ordinário que reitera controvérsia sobre ilicitude de provas já dirimida por este Superior Tribunal.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no RHC 75.485/PE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 16/02/2017)

PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. EXCESSO DE PRAZO. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NÃO CONHECIMENTO. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. RECURSO EM HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE, E NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

1. Não se conhece de tese que seja mera reiteração de outro habeas corpus já definitivamente julgado. In casu, a tese quanto ao excesso de prazo trata-se de mera reiteração do HC nº 357.576/PB, já definitivamente julgado pela Sexta Turma com a denegação da ordem.

2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada na periculosidade do acusado consistente na reiteração delitiva, asseverando o magistrado de piso que as investigações até aqui realizadas apontam os indiciados como os prováveis autores do crime que vitimou "Léo" havendo notícias que o assassinato se deu em face da disputa por pontos de drogas no litoral sul paraibano e que as investigações até aqui realizadas apontam os representados como sendo "traficantes de drogas e homicidas", exercendo esta atividade ilícita, havendo disputa de locais para avença da droga que culminou com as mortes de várias pessoas, não há que se falar em ilegalidade a justificar a concessão da ordem de habeas corpus.

3. Recurso em habeas corpus parcialmente conhecido, e nesta extensão, improvido.

(RHC 75.096/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017)

Destaco que não obstante ser o recurso ordinário o meio constitucionalmente previsto para questionar a decisão colegiada que denega a ordem de *habeas corpus*, como o HC n. 535.916 já está com andamento mais avançado que o presente recurso, por uma questão de celeridade processual, deverá prosseguir, em detrimento do presente recurso ordinário.

Tal o contexto, **não admito o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator